

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ DOS
JOVENS:
UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ITUIUTABA, MG, BRASIL**

**TEACHING HISTORY AND TRAINING OF YOUNG CITIZENS: A STUDY IN A
PUBLIC SCHOOL OF ITUIUTABA, MG, BRAZIL**

Astrogildo Fernandes Silva Júnior¹
Camilla Aparecida Nogueira Santos²

RESUMO: O presente texto tem como objetivo refletir sobre como o ensino de história efetivado em uma escola pública da cidade de Ituiutaba, MG, Brasil, pode contribuir na formação cidadã dos jovens estudantes. Recorreu-se a diferentes procedimentos metodológicos, tais como: estudo de documentos e pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, observação, pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e técnica do grupo focal. Concluiu-se que a juventude investigada é muito marcada pela influência de drogas e também da violência. São descrentes em relação às políticas públicas. Prevalece uma consciência ainda fragmentada, com características de uma cidadania passiva, abstrata. Faz-se necessário, portanto, incorporar o conceito de cidadania no ensino de história.

Palavras-Chave: Cidadania. Juventude. Ensino de história.

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the teaching of history in a public school in Ituiutaba, MG, Brazil, may contribute to the civic education of young students. We resorted to different methodological procedures, such as: document study and research in the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Website - IBGE - observation, literature review, questionnaires and focus group technique. It was concluded that the investigated youth is deeply marked by the influence of drugs and also violence. Their voices showed lack of belief on public policies, prevailing a fragmented consciousness, with characteristics of a passive and abstract citizenship. It is necessary therefore, to incorporate the concept of citizenship in the teaching of history.

Keywords: Citizenship. Youth. History teaching.

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, professor no curso de História da mesma instituição, no Campus Pontal.

² Graduada em História pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP/UFU

Introdução

A relação entre ensino de história e cidadania é histórica. As pesquisas revelam que prevaleceu a abordagem cívica pautada na formação de patriotas, de cidadãos de uma nação. Porém, nas últimas décadas, vêm-se discutindo novos enfoques mais vinculados a um ensino crítico para a formação de uma cidadania autônoma que prepare os jovens para participar da sociedade e decidir com liberdade sobre que futuro quer para si e para o mundo.

Concordamos com Pagès (2011), ao afirmar que aprender história pode ser uma ferramenta útil para o controle do tempo e, em particular, para o controle do futuro. Pode ser uma arma para a liberdade, para a formação de uma cidadania livre e solidária. A partir destas considerações iniciais, questionamos: como a escola, em particular o ensino de história, pode colaborar na formação dos jovens? Este texto apresenta os resultados de uma investigação que teve como objetivo refletir sobre como o ensino de história, efetivado em uma escola pública da cidade de Ituiutaba, MG, Brasil, pode contribuir na formação cidadã dos jovens estudantes.

No primeiro momento, registramos a perspectiva metodológica adotada na pesquisa, os sujeitos e o cenário. No segundo, refletimos sobre o que pensam os jovens. No terceiro, buscamos conhecer como os jovens sentem a influência da escola em suas vidas, de forma mais específica, analisamos como o ensino de história pode contribuir na formação cidadã. Por fim, tecemos algumas considerações.

1. A perspectiva metodológica, os sujeitos e o cenário

Ao longo da investigação, recorreremos a diferentes procedimentos metodológicos, tais como: estudo de documentos e pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a observação, a pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e a técnica do grupo focal.

Em relação aos documentos, valemo-nos do Estatuto da Juventude, Lei 12.853 de 5 agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude; a Lei 11.129 de 30, de

Junho de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-PROJOVEM -, criou o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. Analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - do ensino história, com o intuito de identificar os objetivos do ensino de história nos anos finais do ensino fundamental e compreender o que informam os documentos sobre a relação ensino de história e formação cidadã.

Quanto à observação, concordamos com Vianna (2007), ao afirmar que, antes de filosofar sobre um objeto, é necessário examiná-lo com exatidão. Nesse sentido, qualquer explicação ou interpretação deve ser precedida de uma observação e descrição exata do objeto investigado. Segundo o autor, a observação contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico, sendo uma técnica metodológica valiosa, especialmente, para coletar dados de natureza não verbal. O autor adverte que a metodologia da observação não exclui o emprego de outros métodos de coleta de dados, igualmente válidos nos trabalhos de pesquisa, sendo, também, interessante o uso de questionários, entrevistas e outras técnicas. De acordo com o autor,

Ao observador não basta simplesmente olhar. Deve, certamente, saber ver, identificar e descrever diversos tipos de interações e processos humanos. Além disso, é importante que, no seu trabalho de campo, o observador possua suficiente capacidade de concentração, paciência, espírito alerta, sensibilidade e, ainda, bastante energia física para concretizar a sua tarefa. (VIANNA, 2007, p.12).

Podemos perceber que a observação exige intenso e adequado treinamento para formar um pesquisador com suficiente experiência e capacidade de coletar elementos de informação que sejam válidos e confiáveis.

Em relação à pesquisa bibliográfica, julgamos de grande relevância, pois, como argumenta Barros (2011), ninguém inicia uma pesquisa do marco zero, por isso, é fundamental buscar compreender o que dizem outros autores sobre a temática investigada. Assim, detivemo-nos nos estudos bibliográficos sobre: juventude, cidadania, ensino de história.

A primeira proposta foi a observação das aulas de História, e a confecção de notas de campo. Ao longo das observações, levamos em conta as temáticas e

conceitos explorados pela professora, bem como a participação dos alunos. A segunda etapa da pesquisa consistiu na aplicação de um questionário com 40 questões. Consideramos o questionário um instrumento necessário para a coleta de dados, tendo em vista que um dos nossos objetivos é traçar o perfil sociocultural e econômico, identificar valores e referências desses jovens e percepções sobre o futuro dos nossos sujeitos da pesquisa.

Utilizamos a técnica do grupo focal que se insere no âmbito das abordagens qualitativas. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador aparece de fato como produtor de conhecimento, não como alguém que está acima do objeto cognoscível, mas que interage com ele, influencia e é influenciado. Ocorre uma relação de diálogo, de reciprocidade, sem hierarquia, representando a união entre comunicação e emoção. Entre pesquisador e sujeito, a interação ocorre de forma horizontal, especialmente à medida que aceitamos que todos possuem um saber. No Brasil essa técnica vem sendo amplamente usada no campo da educação.

Segundo Gatti (2005), o grupo focal demanda um período de tempo menor do que o requerido pela entrevista. Possui um caráter coletivo e interativo, no sentido de possibilitar a interação entre os sujeitos por meio de suas vozes, emoções e gestos. De acordo com a autora,

Os grupos focais podem ser empregados em processos de pesquisa social ou em processos de avaliação, especialmente nas avaliações de impacto, sendo o procedimento mais usual utilizar vários grupos focais para uma mesma investigação, para dar cobertura a variados fatores que podem ser intervenientes nas questões a ser examinada. (GATTI, 2011, p. 11).

Recorreremos ao grupo focal para entender melhor o que pensam os jovens do nono ano sobre diversos assuntos, tais como: política, educação, história, sexualidade, dentre outros.

Fizeram parte do universo pesquisado 22 jovens estudantes do nono ano, do ensino fundamental da Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva, sediada no município de Ituiutaba, Minas Gerais, no Bairro Novo Tempo II. Os estudantes estavam na faixa etária entre 13 e 16 anos 12 estudantes do sexo feminino e 10 do masculino. Nossa escolha de estudantes do nono ano do ensino fundamental se deu por múltiplos fatores, tais como o fato de os estudantes desse período

fecharem o ciclo curricular da educação básica. É um período de efervescência na vida, pois várias questões estão em evidência, sobretudo as relativas ao corpo, à sexualidade, ao namoro e às paixões, à política e à sociedade.

Apresentamos, a seguir, alguns aspectos do cenário investigado, por considerar que o lugar é onde as ações ocorrem, os sujeitos se formam, vivem suas histórias. O contexto social e cultural tem o papel de construir, permitir ou negar. O lugar tem as marcas do homem, formas, tamanhos e limites. Ao entendermos o espaço e o lugar, temos a oportunidade de conhecer os sujeitos que nele habitam. Como nos ensina Carlos,

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante- identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida do indivíduo. Este plano é aquele do lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (2004, p. 17).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a população da cidade, nos anos de 2010, era de 97.171 habitantes. Ituiutaba tem passado por uma fase de grandes transformações e reestruturação urbana, consolidando cada vez mais o seu status de cidade média³. Essas transformações são evidenciadas a partir dos anos de 1950 e 1960, momento em que a cidade recebeu diferentes indústrias, como Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A – MISSA-, Grupo João Lira, com a usina de álcool- Triálcool e Nestlé. Nos anos de 2010, na cidade, foi possível verificar diversas redes de setor industrial como Syngenta Seeds, Bp América, Canto de Minas, entre outras, atendendo a vários setores nas regiões do Triângulo Mineiro.

Quanto aos investimentos no agronegócio, de acordo com Fonseca e Santos (2011), os mais expressivos estão relacionados à implantação de agroindústrias canavieiras, fato que tem se generalizado em todo o Triângulo Mineiro. Em Ituiutaba, a expansão da cana-de-açúcar no campo se intensificou a partir do final dos anos 1990, reflexo de um cenário mundial, que passou a

³ De acordo com Souza (2009), não há um consenso definitivo sobre essa categoria de cidade. Ela muda de acordo com o tempo e com o espaço. No Brasil, nos anos de 1970, eram consideradas cidades médias aquelas com a população entre 50.000 a 250.000 habitantes. Em 2010, para o IBGE, cidades médias são aquelas em que a população está entre 100.000 e 500.000 pessoas.

privilegiar formas alternativas de produção de energia, com o intuito de minimizar a dependência da economia ao petróleo.

Ainda com esses autores, tal fato tem gerado, cada vez mais, a substituição de áreas de cultivo de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, dentre outros, que são a base da alimentação do povo brasileiro, por canaviais. Os autores alertam para esta questão, pois ameaça a soberania alimentar. Além disso, áreas de pastagens e lavouras, como as de milho e soja, são substituídas pela cana-de-açúcar, o que tem resultado na queda do número de empregos que mantêm o trabalhador residente nas áreas rurais. O que leva a um acentuado êxodo rural, pois as famílias migram para as cidades em busca do sustento de suas famílias. Consoante com o IBGE, em 2010, 28.162 famílias viviam no meio urbano e apenas 1.189 residiam no meio rural.

Outra característica que marca a cidade é a vinda expressiva de migrantes de outras regiões do país. Segundo o Censo de 2010, a população residente por lugar de nascimento registrava os seguintes números: da Região Sudeste, correspondia a 82.779 pessoas; Região Norte era de 233 pessoas; Região Nordeste, 9.843 pessoas, Região Sul, 244 pessoas; Região Centro-Oeste, 3.699 pessoas. Imigrantes de outros países correspondiam a 109 pessoas. Mesmo com o crescimento da cidade, ainda falta emprego para boa parte da população, principalmente para os jovens.

No que se refere à educação básica, o ensino é oferecido pelas redes municipal, estadual, federal e privada. São escolas 38 de ensino fundamental, 10 ensino médio e 32 de educação infantil. Quanto ao ensino superior, a cidade conta com 3 instituições de ensino privado e uma federal, além de ensino tecnológico profissionalizante com uma instituição federal.

Enfatizamos algumas transformações positivas pelas quais a cidade de Ituiutaba passou nos últimos anos, porém não podemos ignorar que o fenômeno urbano, em uma sociedade capitalista, aprofunda as desigualdades. Como argumenta Carlos (2006), a sociedade urbana é caracterizada por espaços integrados e desintegrados, ou seja, por um desenvolvimento desigual, que produz nova periferia de miseráveis e coloca em xeque a "paz social", necessária à reprodução continuada do capital. Tais questões são visíveis na cidade de Ituiutaba. Se, por um lado, a cidade desenvolve, "cresce", por outro, é possível

verificar o desemprego, a miséria, as drogas etc. Continuamos a apresentação do cenário, destacando a escola, *lócus* da nossa investigação.

A Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva oferece a educação infantil, o ensino fundamental completo e a Educação de Jovens e Adultos – EJA -. Está localizada em área urbana, situada na rua: Áurea Muniz de Oliveira nº 175, Bairro: Novo Tempo II. O Bairro é periférico e carente, cujas casas foram construídas pela ajuda do governo federal. Com a chegada da cana de açúcar em Ituiutaba e a criação da empresa João Lira, houve uma migração de muitas famílias, principalmente do estado de Alagoas, para a cidade, com o intuito de trabalhar nos canaviais. Essas famílias passaram a residir no Bairro Novo Tempo II, um lugar marcado pela ausência de infraestrutura.

A escola oferece Educação Infantil para alunos de seis meses a cinco anos de idade; ensino fundamental, para alunos de seis a quatorze anos, e Educação de Jovens e Adultos, para alunos a partir dos quinze anos. Conta com o projeto “Programa Mais Educação”, que visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar. Oferece várias atividades para os alunos e à comunidade em geral, como na parte cultural (dança, artes plástica, teatro, esportes) e profissional (bordado, crochê corte e costura, informática e marcenaria).

No próximo tópico, deter-nos-emos na apresentação e reflexão sobre quem são e o que pensam os jovens estudantes da escola.

2. Os jovens estudantes sujeitos da pesquisa: o que pensam?

A conceituação de “jovem” e “juventude” constitui um debate à parte, em que diversas teorias e posicionamentos se enfrentam. Em geral, aceita-se que a juventude é uma construção social e, como tal, tem um significado que varia no tempo. De acordo com Guimarães e Silva Júnior (2012),

O modo de ver e de compreender a juventude é diferente nos vários tempos e espaços, nas diversas realidades sociais e culturais. As imagens construídas sobre os jovens se transformam. Um exemplo dessa heterogeneidade pode ser lida e ouvida nas belas canções da música popular brasileiras. Belchior, nos anos de 1970, por exemplo, cantou a dor de, apesar de tudo que vivemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais.

Gozaguinha, por sua vez, no movimento de lutas pela democracia do Brasil, na década de 1980, convocou: Vamos à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Flávio Venturini e Márcio Borges do Grupo 14 Bis, também nos anos de 1980 declaram a admiração pela nossa linda juventude, página de um livro bom. O grupo Legião Urbana, liderado por Renato Russo, ícone da juventude das décadas de 1980 e 1990, cantou as angústias, as tristezas, as dores e alegrias de ser jovem (p.8).

O Estatuto da Juventude, aprovado na Câmara dos Deputados em 2011, bem como a Lei 11.129/2005, que criou a Secretaria Nacional da Juventude, consideram jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos. De acordo com essa lei, o jovem tem direito à educação de qualidade, garantida na educação básica obrigatória e gratuita. O jovem ainda tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. Direito à saúde e à diversidade e à igualdade de direitos, seja ela racial, sexual ou de opinião. O jovem ainda tem direito à cultura e ao lazer, com acesso a lugares e eventos culturais, com preços reduzidos pela metade.

De acordo com Carrano (2008), no início do século XXI, houve um expressivo desenvolvimento de estudos sobre juventude brasileira em universidades e instituições de pesquisa. No Brasil, os estudos sobre juventude estão presentes na academia há várias décadas. A tradição de pesquisa é mais longa na sociologia, em que a juventude compõe um tema consolidado de investigação (CARDOSO; SAMPAIO, 1995). Em educação, a juventude aparece como tema de pesquisa, de forma assistemática e, às vezes, indireta, em torno dos anos 1980. Um dos estados da arte mais abrangentes sobre o assunto na esfera interdisciplinar, envolvendo o campo da educação, foi elaborado no final dos anos 1990, pela equipe de Marília Pontes Sposito, publicado, preliminarmente na Revista Brasileira de Educação (SPOSITO, 1997). Posteriormente, contemplando, também, os campos das ciências sociais e do serviço social, um novo balanço foi lançado em uma coletânea de dois volumes (SPOSITO, 2009). Os balanços, estados da arte e coletâneas sobre juventude não se limitam aos textos citados, mas eles guardam a condição de referências iniciais para aqueles que se dedicam a essa temática de estudo (HAYASHI et al., 2008).

Para Dayrell (2007), a condição juvenil refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida e a sociedade; citam-se as circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação; reporta-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento ou ciclo de vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional e, também, à situação, ou seja, ao modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes concernentes às diferenças sociais, classe, gênero, etnia etc. O autor apresenta as múltiplas condições juvenis, reforçando que a juventude não é algo único e acabado. Os jovens vivem em diferentes cotidianos, com diversos problemas e diferenças sociais.

O questionário aplicado aos jovens estudantes, colaboradores da pesquisa, e o diálogo empreendido ao longo do grupo focal permitiram traçar um perfil destes. Questionamos os jovens sobre qual sua etnia, ou seja, como se consideram: brancos, pretos, pardos ou amarelos. 8 alunos se declararam pardos, 7 brancos, 3 pretos, 2 indígenas e dois estudantes não responderam. Isso revela a diversidade de sujeitos. A renda familiar da maioria dos jovens colaboradores era de 1 a 2 salários mínimos. Podem ser considerados "jovens pobres". A situação econômica vivida pela maior parte dos jovens investigados pode explicar a preocupação mais evidente com problemas relacionados à miséria, à segurança, à violência e às drogas. Muitos jovens, ao longo da discussão no grupo focal, comentaram sobre a violência no bairro e o tráfico de drogas.

A maioria estava inserida no mercado de trabalho e tem somado a renda familiar. Ao longo da discussão no grupo focal, as estudantes Thaís e Bruna afirmaram que trabalhavam em uma padaria em um bairro vizinho. Trabalhavam na parte da tarde e estudavam na parte da manhã e não possuíam carteira assinada. Os dados corroboram o que Dayrell afirma,

No Brasil, a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo. Mas isso não significa, necessariamente, o abandono da escola, apesar de influenciar no seu percurso escolar. As relações entre trabalho e estudo são variadas e complexas e não esgotam na oposição entre os termos [...] (DAYRELL, 2007, p. 1109).

Lembramos que são jovens estudantes do nono ano do ensino fundamental, e que, no Brasil, o trabalho é proibido para crianças e adolescentes de até 14 anos de idade. E que, entre 14 e 16 anos, é permitido apenas na condição de aprendiz, devendo frequentar a escola regular.

Concordamos com Faleiros e Faleiros (2008), ao argumentar que, no contexto hegemônico do capitalismo liberal, a juventude tem que se colocar diante de aspectos complexos, um deles é a questão do trabalho e do estudo. A desigualdade de capitais de origem ou de partida não oferece as mesmas chances para os jovens. No caso de nossos colaboradores, a maioria precisa conciliar trabalho e estudo.

Outra questão que verificamos foi a importância da família para os jovens estudantes. No mundo contemporâneo, convivemos com diversas maneiras de organização familiar. De acordo com o censo do IBGE de 2010, está ocorrendo uma mudança no perfil da família brasileira nos últimos dez anos. Há várias formas de organização familiar que convivem com o modelo composto de pai, mãe e filhos. Há casais que vivem em união estável. Famílias compostas por filhos de mais de um relacionamento e famílias formadas por pessoas que preferem viver sozinhas.

Em relação aos jovens colaboradores, prevaleceram os que pertencem a famílias tradicionais, sendo que os pais são casados, mas também foi possível perceber que havia jovens cujos pais eram solteiros, outros separados, viúvos e que viviam em união estável. Uma das jovens, na discussão do grupo focal, afirmou que sua mãe foi casada, teve filhos e que agora vive com uma namorada e que está muito mais feliz, disse que é uma situação normal e que ela apoia sua mãe, pois o importante é ser feliz.

Com o intuito de captar os sentimentos, perguntamos como eles se sentem em ser jovens, se existe mais coisas boas ou ruins. Prevaleceu a opinião de que existem tanto coisas boas quanto ruins, o que foi observado na pesquisa de Mendonça (2008). Nenhum dos jovens afirmou ter mais coisas ruins. Três estudantes registraram não saber. Para os entrevistados, as melhores coisas em ser jovem é que podem aproveitar a vida, livrar-se da rotina saindo com amigos. O que revela a importância dos "amigos" para os jovens. Quanto à pior coisa em ser jovem, diz respeito aos impedimentos por serem menor de idade, ter acesso

a lugares em que só é permitida a entrada para maiores de 18 anos. Outra coisa ruim, segundo os jovens, é a questão das drogas, dado recorrente ao longo do grupo focal. Vários estudantes comentaram sobre a violência, o uso e a venda de drogas no bairro e a falta de policiamento. Vejamos o que disseram:

Thalia: *É droga demais, falta de policiamento nas ruas!*

Tháís: *Usam drogas na praça, ao lado da escola, qualquer hora que você passar lá, você vê gente usando drogas.*

Joaquim: *Além das drogas, a violência aqui é muito grande. Esses dias, uma mulher brigou com o marido na porta de casa! Na primeira vez, ela meteu uma facada, na segunda, eu pensei agora mata!*

Thalia: *Esses dias, na porta da minha casa, teve tiroteio, os policiais passaram atirando e não estavam nem aí em quem estavam atirando.*

Como podemos perceber, os jovens, colaboradores desta investigação, convivem lado a lado com a violência e o tráfico de drogas. Não acreditam na ação dos policiais. São questões que nos preocupam quanto ao futuro deles. A condição juvenil é marcada por riscos. Retrato de uma sociedade capitalista, caracterizada pela desigualdade.

Sabemos que, de acordo com o estatuto da juventude, os jovens têm direito à cultura e ao lazer, assim, perguntamos para eles a quais atividades eles costumavam se dedicar nos finais de semana. A resposta que mais se realçou foi a de jogar no computador ou usar a internet, seguido da opção de assistir à televisão, encontrar amigos e falar ao telefone. No grupo focal, foi perguntado se eles saem para se divertir, ir a festas ou eventos culturais:

Tháís: *eu fico em casa, eu trabalho!*

Joaquim: *vou para fazenda!*

Danilo: *vou para casa do meu pai.*

A cidade de Ituiutaba não oferece muitos lugares de lazer, se considerarmos os jovens mais pobres. Não possui cinema, teatro, ou shopping. No bairro onde a maioria mora, não há barzinhos ou lanchonetes, para que eles possam encontrar os amigos. A escola procura suprir esta deficiência, realiza projetos relacionados à cultura, mas, para muitos, não há como participar, pois trabalham.

Perguntamos a eles quais os fatores de mais importância e relevância na sua vida, o que o jovem acredita ser o fato mais significativo para ele hoje. Para os jovens da nossa investigação, o apoio da família era o mais importante. O apoio dela era fundamental, para suas escolhas e para enfrentar os desafios. A família tem o papel essencial na vida desses jovens. Apenas dois estudantes achavam que o mais significativo seria o esforço pessoal, quatro afirmaram que seria ter a capacidade de fazer coisas novas. As questões relacionadas às políticas de governo, grupos de jovens e entidades assistências não foram marcadas.

Interrogamos os jovens sobre o que seria mais importante para garantir seus direitos. Os jovens acreditavam que, para garantir seu direito, eles teriam que conseguir com o seu esforço pessoal. Apenas sete registraram que precisariam do apoio da família; três afirmaram que dependeriam da capacidade de fazer coisas novas; um marcou políticas de governo; um assinalou que seria participar de grupos jovens organizados.

Os jovens desta pesquisa não acreditavam que, a partir de políticas públicas e governamentais, eles poderiam assegurar seus direitos. São sinais de que estavam influenciados pelo discurso neoliberal. O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e a ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos etc.

Os jovens também consideravam que, para melhorar de vida, eles dependiam apenas seu esforço pessoal. Também não assinalaram como relevantes as políticas de governo para melhoria de vida. Marcaram da seguinte forma: dois, o apoio da família; dois, ter capacidade de fazer coisas novas; um, políticas de governo. Sendo que 16 marcaram seu esforço pessoal como o mais significativo para melhorar de vida. Participar de grupos de jovens organizados e apoio de entidade assistências não foram assinalados.

As questões tiveram o intuito de aprofundar os conhecimentos acerca dos valores e referências dos jovens investigados, particularmente, de como avaliavam de forma distinta os âmbitos público e privado. Inquirimos sobre os

fatores que consideravam mais importantes em três diferentes dimensões: para sua vida, para garantir seus direitos e para melhorar de vida. Para a vida como jovem, a maioria respondeu que o fundamental para sua vida é o *apoio da família*.

É interessante observar que a ideia de melhorar de vida e da garantia dos direitos foi enfatizada pelas vozes dos jovens como dependendo do esforço individual e não remeteram ao plano da política. São sinais de que uma parcela significativa dos jovens não tem uma percepção de que direito é coisa distinta de vantagem ou de benefício pessoal. São dados preocupantes e desafiadores. Leva-nos a questionar o papel do professor, particularmente de história, na formação cidadã, crítica dos estudantes. Sobre essas questões, aprofundaremos nossas reflexões no próximo tópico.

3. Jovens estudantes: escola, ensino de história e cidadania

A escola é uma instituição que, no atual contexto, passa por questionamentos. Para alguns, é um local de muita importância na formação e na socialização, para outros, um local que não dialoga com o mundo em que vivemos. Chegam a afirmar que a escola não acompanhou as transformações que o mundo vivenciou nas últimas décadas. Acreditamos que a escola não é um mundo à parte da sociedade e que, por estar inserida em determinado contexto cultural e social, deve, necessariamente, atender à demanda desse mundo quanto aos saberes a serem trabalhados. Paralelamente, mas em direção contrária, a escola “não pode tampouco estar completamente a reboque desta demanda, nem se regular por ela, seguindo mimeticamente todas as suas expressões, todas as suas contradições e todas as suas metamorfoses” (FORQUIN, 1993, p. 169). É papel da escola possibilitar às crianças e jovens ampliarem seus conhecimentos. Segundo Faleiros e Faleiros (2008), A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, em que um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência.

A escola foi citada como o local mais importante para a formação, por 16 jovens estudantes. São indícios de que os jovens avaliam a escola como um lugar necessário no atual contexto. Esses dados nos remetem a Arendt (1972), ao assegurar que a educação é uma das atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana. De acordo com Guimarães (2012), educar é formar, socializar o homem para não destruir o mundo. Dessa forma, a educação pressupõe comunicação, transmissão e reprodução, mas também um lugar de produção. Segundo a autora, o objetivo da instituição escolar é promover o acesso de todos os homens aos bens culturais produzidos pela humanidade. De acordo com os PCNs,

A escola vive hoje contradições fundamentais. Seus agentes lutam simultaneamente por mudanças e pela manutenção de tradições escolares. Mantêm articulações com esferas políticas e institucionais, incorporam expectativas provocadas por avaliações de desempenho do sistema educacional brasileiro, orientam-se por avaliações para ingresso no ensino médio ou superior, buscam contribuições de pesquisas e experiências acadêmicas e procuram atender parte das expectativas sociais e econômicas das famílias, dos alunos e dos diferentes setores da sociedade. (BRASIL, 1998, p. 30).

Perguntamos aos jovens estudantes qual a relevância da escola para o futuro profissional, ou seja, se o que eles aprendem na escola é muito, mais ou menos ou pouco importante para a vida profissional. As respostas revelaram que os jovens assinalaram a escola muito importante para o futuro profissional. São sinais de que absorvem o discurso de que sem escolaridade não é possível conseguir um emprego digno. Como orienta Guimarães (2012), “tornou-se impossível, no mundo contemporâneo, continuar vendo a escola como um simples veículo ou reflexo de uma cultura dominante e una” (GUIMARÃES, 2012, p. 34).

Ao longo das observações, identificamos, no discurso do professor, o significado dos conteúdos ensinados para conseguir sucesso na vida profissional. Ressaltava a “utilidade” dos conteúdos ensinados na escola. Confiamos que seria mais justo com os jovens estudantes reforçar a importância dos conteúdos, e não a “utilidade”, que muitas vezes, não corresponde com a realidade.

Os estudantes destacaram a importância da escola para conseguirem trabalho, para entenderem a realidade e o cotidiano em que vivem, e para

fazerem amigos. Também nos interessou compreender o quanto a escola entende os jovens, quanto se interessa pelos problemas dos jovens, em que medida a escola se interessa pelos problemas da localidade e em que medida ela está ligada aos problemas da atualidade.

Verificamos que não houve consenso sobre o quanto a escola entende os jovens, as opiniões ficaram bem divididas. Dos 22 jovens colaboradores, 8 asseguraram que entende muito, 8 declararam que entende mais ou menos, 4 disseram que entende pouco, e 2 asseveraram que não entende nada. Sobre o quanto a escola se interessa pelos problemas dos jovens, os números nos alertam para a necessidade de compreender o contexto, pois foi recorrente a afirmação de que a escola não se preocupa, pois apenas 7 estudantes declararam que a escola se preocupa, ou outros 14 alunos se dividiram em registrar que entende mais ou menos, pouco e nada. Em relação à escola preocupar-se com os problemas da localidade, os números foram mais alarmantes, pois, para a maioria, a escola se interessa "mais ou menos" pelos problemas da localidade. Identificamos que os jovens avaliaram que a escola está "mais ou menos" ligada às questões da atualidade.

Essas questões revelam uma controvérsia, pois, anteriormente, foi predominante a afirmação do quanto a escola é fundamental para o dia a dia, para conseguir um bom emprego, porém, segundo os jovens, ela não está atendida com a atualidade, não se preocupa muito com as questões atuais e não entende muitos os jovens. Buscamos, no grupo focal, assimilar melhor essas contradições. Vejamos o que disseram:

Danilo: *A escola não entende os jovens.*

Thais: *Eu acho que entende sim. Aqui na escola sim, aqui têm muitos projetos, e se fala que não é mentira! Tem muita coisa interessante, música, dança, teatro. Mas eu não participo de nenhuma destas atividades, pois acontecem no sábado.*

Danilo: *É porque eu não venho! Os projetos são nos sábados, e eu trabalho. Penso que poderíamos jogar bola nos intervalos. Não temos educação física. Só tem nos sábados.*

Por meio das narrativas dos jovens, percebemos algumas contradições, pois a escola desenvolve projetos de interesse dos jovens, porém é possível verificar que a escola não compreende, de forma completa, a localidade, pois o dia em que são desenvolvidos os projetos, muitos alunos não podem participar,

porque trabalham. Acreditamos que é importante buscar atender à maioria dos jovens, mobilizá-los a participar das atividades, pois a escola é uma instituição fundamental na formação dos jovens estudantes do Bairro Novo Tempo II.

Com o intuito de compreender a relação entre o ensino de história e a formação para a cidadania, e refletir sobre os desafios de ensinar história no atual contexto, inicialmente, empreendemos um estudo nos documentos curriculares. A partir dos anos de 1990, mais especificamente em 1998, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que, no caso da história para o ensino fundamental, abrange os seguintes objetivos:

Identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços; Situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos; Reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar; Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas; Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais; Questionar a realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação; Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais; Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; Valorizar o *direito de cidadania* dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades. (BRASIL, 1998, p. 44).

Por meio da leitura do documento, podemos identificar que um dos objetivos consiste em valorizar o direito à cidadania dos indivíduos, grupos e diferentes povos. Essa valorização pode ser responsável pelo fortalecimento da democracia. Sobre a relação entre ensino de história e a formação para a cidadania, Guimarães (2012) realiza um estudo no qual enfatiza que cidadania é um conceito histórico, ou seja, em diferentes momentos da história, temos um diferente conceito de cidadania. A autora defende o ensino de história fundamentado em problematizações, ao rompimento da ideia de progresso, pois

afirma que o objeto da história é pura contradição e não é justa adequação, se o progresso é contínuo e linear no campo técnico, no campo simbólico e político, é descontínuo, fragmentado, cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos.

Pagés (2011) aponta, ainda, as contribuições do ensino de história para a formação da consciência cidadã dos jovens estudantes, na formação do pensamento histórico, ou seja, na aprendizagem daquelas competências que permitirão aos alunos dar sentido ao passado: compreender os fatos e os problemas objeto de estudos, analisá-los, contrastá-los e argumentá-los com o apoio de evidências e perceber a complexidade do tempo histórico.

[...] A consciência histórica deve permitir aos alunos construir sua consciência temporal, ou seja, sua historicidade como consequência das inter-relações entre passado, o presente e o futuro. O aluno deve saber perceber a presença do passado no presente e de poder projetar o presente no futuro. Na construção das identidades, da identificação e na valorização da pluralidade e na complexidade do nosso mundo e na defesa do direito das pessoas de tomar, de maneira livre e autônoma as decisões relacionadas com a construção de sua personalidade e de seu futuro [...]. (p. 24).

Os estudos sobre os textos supracitados reforçam a relevância do ensino de história e seu potencial para a formação cidadã dos jovens. Retomamos o questionamento: como esse ensino era efetivado no cenário de nossa pesquisa? Ao longo das observações das aulas de história, reconhecemos que a professora era dotada de uma postura carismática, portadora de uma narrativa envolvente. Privilegiava a aula expositiva, com poucos momentos de diálogo com os estudantes. Ao longo do semestre, identificamos poucos momentos de debates e polêmicas nas aulas de história. Prevaleceu o conhecimento amaciado, silencioso e consensual. As observações das práticas da professora confirmaram o lugar esmagador reservado à apresentação de uma história linear, na qual transparece uma narrativa “verdadeira”. Buscamos, ao longo do grupo focal, identificar a relação dos estudantes com o ensino de história. No primeiro momento, alguns alunos disseram que é uma “matéria chata”. Danilo afirmou que gosta da matéria, mas não gosta da professora. Indo de encontro com essa afirmação, a estudante Thais disse que gosta da disciplina e da professora.

Questionamos sobre o significado da disciplina. Predominou a resposta de que história é uma disciplina que estuda o passado. As vozes dos estudantes

revelam sinais de que não conseguem fazer relação com a vida prática, pois se detêm a estudar um passado distante desconectado da realidade em que vivem. Essa questão nos leva a pensar que nem sempre o que a professora ensina se traduz em aprendizado. São sinais da necessidade de desenvolver pesquisas procurando compreender “como” os jovens aprendem história.

Buscamos reconhecer, nas vozes dos estudantes, as metodologias utilizadas pela professora ao ensinar história. A maioria dos jovens reforçou que, nas aulas de história, prevalece o uso do quadro negro e do livro didático. Uma das estudantes disse que gosta da narrativa da professora, mas, no geral, os jovens consideram a aula enfadonha e cansativa. Utiliza pouco as diferentes linguagens e não usa o laboratório de informática. Segundo Guimarães (2012), tornou-se recorrente, na educação escolar, o uso de diferentes fontes e linguagens. Para a autora,

Trata-se de uma opção metodológica que amplia o olhar do historiador, o campo de estudo, tornando o processo de transmissão e produção de conhecimentos interdisciplinar, dinâmico e flexível. As fronteiras disciplinares são questionadas; os saberes são religados e rearticulados em busca da inteligibilidade do real histórico. Esse processo requer de nós, professores e pesquisadores, um aprofundamento de nossos conhecimentos acerca da constituição das diferentes linguagens, seus limites e suas possibilidades. (GUIMARÃES, 2012, p. 163).

Recorrer às diferentes fontes e linguagens, no cotidiano das aulas de história, pode aproximar a vida prática dos alunos, pois se relaciona com a cultura histórica dos jovens estudantes. De acordo com os documentos oficiais, os conteúdos das aulas de história devem ser um meio e não um fim em si mesmo. Isso que dizer que cabe ao professor ensinar os conceitos básicos. Um desses conceitos é o de “cidadania”.

Concordamos com Vieira (1997), ao advogar que a cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. O conceito de cidadania, como direito a ter direitos, tem se prestado a diversas interpretações. A autora classifica a cidadania em passiva, a partir “de cima”, via Estado. Nesse sentido, cabe ao “cidadão” exigir seus direitos e cumprir seus deveres. Aproxima-se de uma cidadania conservadora. E a cidadania ativa, a partir “de baixo”, de instituições autônomas, que defende a luta dos sujeitos

por transformações na sociedade. Pode ser vista como uma cidadania revolucionária. Justificamos um ensino de história que possibilite essa visão de cidadania, ou seja, não uma cidadania abstrata, mas uma cidadania que contribua na transformação da sociedade. Como afirma Pagès (2011), uma cidadania plural.

No diálogo empreendido no grupo focal, buscamos identificar o que os jovens estudantes entendiam sobre esse conceito. Inicialmente, preponderou o silêncio, e, depois, foram ditas palavras soltas como: pessoas, cidadão, respeito, leis, justiça e trabalho, não conceituaram de uma maneira específica o termo "cidadania". Revelaram um conhecimento fragmentado. Defenderam mudanças de cunho individual. Propostas que não sugerem transformação da sociedade, distantes do coletivo. Percebemos o quanto essa temática precisa ser debatida no cotidiano da sala de aula. Ainda permanece necessário que haja a apropriação e a incorporação desse conceito nos currículos de história, pois pode ser um caminho que conduza à transformação da sociedade brasileira.

Em um dos momentos do grupo focal, buscamos instigar a participação dos jovens estudantes sobre questões relacionadas à cidadania. Fizemos a escolha de imagens, que se referiam a temáticas tais como: preconceito racial, liberdade, miséria, política e homossexualidade. Imprimimos e deixamos expostas sobre a mesa e pedimos para que cada estudante escolhesse uma imagem e comentasse.

Sobre o preconceito racial, a aluna Thais escolheu a imagem e comentou:

Thais: *Tem muito preconceito racial! O negro sofre muito preconceito.*

O aluno Danilo comentou que não é só com o negro que existe preconceito, mas também com o branco. Thais reiterou que é diferente, que o preconceito com o negro é pior. A aluna se declara negra. Disse que, pessoalmente, nunca se sentiu vítima do preconceito, mas que ele existe. O debate sugere a necessidade de práticas pedagógicas que possibilitem o combate à discriminação e ao racismo. De acordo com Gomes (2008, p. 69), "a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros". Para a autora, é fundamental uma educação que

tenha o respeito à diversidade como parte da formação cidadã. A escola, sobretudo a pública, deve exercer um papel fundamental na construção de uma educação antirracista.

Lembramos que, no início de 2003, foi sancionada, pelo Presidente da República, a Lei Federal n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual determina a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A referida lei representa um marco na luta por uma educação antirracista no Brasil.

O artigo 26^a, da Lei n. 10.639/2003, salienta a importância do estudo da luta dos africanos e afro-brasileiros, da História e da Cultura desses povos, com prioridade, não somente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História, mas em todo o currículo escolar. Deve-se reconhecer a contribuição da Cultura da África e Afrodescendentes nos aspectos sociais, políticos e econômicos para a formação da identidade brasileira. O artigo 79B insere o dia 20 de novembro no calendário oficial de todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, como o Dia da Consciência Negra, referência evidente à luta dos negros no Quilombo dos Palmares e à morte de um dos seus principais líderes, Zumbi dos Palmares, contra o regime de escravização e opressão imposto aos negros africanos pelo Estado colonial português aqui no Brasil.

A Lei Federal n. 10.639/2003 é, em si, um instrumento legal que define a obrigatoriedade do cumprimento daquilo que, há muito tempo, vinha sendo solicitado por militantes do movimento negro, educadores e antirracistas no Brasil: determina a construção de uma educação antirracista, por meio do combate a práticas discriminatórias contra negros e seus descendentes no meio escolar e, de forma mais ampla, no contexto educacional brasileiro. Por meio do diálogo empreendido no grupo focal, percebemos que ainda há muito que fazer para eliminar o preconceito racial.

Na continuação do debate, foi discutida a imagem na qual se evidencia uma criança comendo restos de alimentos jogados na rua. A imagem revela o retrato da miséria. Perguntamos aos jovens o que falta para criança da imagem? Qual direito lhe está sendo negado? A estudante Mariana reforçou que falta um lar para a criança. Thais assinalou que falta tudo:

Thaismara: *Tem muita gente que têm muita coisa e outras que não tem nada! É muito desigual.*

De acordo com a Lei 8.069, de julho de 1990, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A imagem denuncia que os direitos básicos não estão sendo cumpridos: lar, saúde, alimentação, educação, lazer etc. Esse debate propiciou uma reflexão sobre o conceito de cidadania.

O aluno João Divino destacou uma imagem, que retratava um pássaro saindo de uma gaiola. Perguntamos ao estudante o que representava essa imagem. O aluno afirmou que significava, para ele, a liberdade. O estudante Jeremias reforçou que a liberdade é um direito de todos. O estudante Alessandro ressaltou o prestígio da liberdade e o fim dos preconceitos:

Alessandro: *Precisamos de liberdade! Oportunidade de sair de casa e não ser vítima de violência. Já sofri muito com o preconceito, primeiro por ser de Alagoas, e além disso, ser negro.*

Os estudantes Joaquim e Bruna também narraram que sofreram preconceito por também serem nordestinos. Joaquim, de Alagoas, e a Bruna, do Ceará. Lembramos que o bairro “Novo Tempo II” é um espaço marcado pela migração. “Os migrantes econômicos”, expressão utilizada por Bauman (2004), deixam seus estados e, assim, tentam encontrar formas de subsistência onde elas possam ser encontradas, em vez de ficarem onde não existem. São expulsos de suas terras, catapultados para outras regiões, condenados ao nomadismo. Neste caso, são mais comuns os nordestinos, que chegam ao município fugindo da miséria e da fome, buscando melhores oportunidades de vida. O preconceito

vivido pelos migrantes é uma realidade explícita que precisa ser enfrentada pela escola.

Como estávamos no período pós-eleições municipais, apresentamos uma imagem que retratava políticos locais. O estudante Warley escolheu essa imagem. Perguntamos o porquê da escolha. O aluno se mostrou desiludido com questões políticas, afirmou que, antes das eleições, todo mundo fica discutindo quem vai ser o prefeito e que muitos votam pelo fato de o candidato visitar a casa dele. A aluna Thais mencionou que, antes das eleições, os candidatos são amigos de todos, abraçam e fazem promessas. A estudante continuou:

Thais: *Na verdade, todos eles são ruins! Na verdade, todos eles roubam, nenhum deles presta! Temos que ser realistas!*

As marcas de nosso tempo reforçam a decadência da popularidade do engajamento político, em que o espaço público, segundo Bauman (2001), está cada vez mais vazio de questões públicas. Isso serve de alerta para nossos representantes políticos, pois tanto os eleitores como os políticos, mais cedo ou mais tarde, encontrar-se-ão novamente e, sendo assim, a credibilidade deve ser o recurso mais valioso destes. Esse pode ser mais um desafio para os professores: incentivar a participação política dos jovens brasileiros.

Nenhum dos estudantes escolheu a imagem que abordava a homossexualidade para comentar. Questionamos o porquê. Prevaleceu o silêncio até o momento em que a estudante Thais comentou:

Thais: *Isso é preconceito! Isso também. O ser humano tem muito preconceito com o outro! O que quê tem o homem gostar de outro? Ninguém tem nada a ver com a vida dos outros! O povo é muito preconceituoso. Só porque é homem ele não pode gostar do outro? Cada um tem sua opinião. O duro é que ninguém aceita, o povo é muito preconceituoso.*

Perguntamos, ainda, se existe mais preconceito sobre os homens homossexuais ou sobre as mulheres. A jovem ainda fala que é maior sobre os homens. Para a aluna, o homem não deixa de ser homem em função de sua sexualidade. Para a estudante, o homem que assume ser homossexual é mais homem do que qualquer outro.

Os estudantes Jeremias e Tiago discordaram da opinião de Thais:

Tiago: *Esse negócio de homossexualidade é contra a natureza. Deus fez o homem e a mulher para continuar com o plano da espécie. Está na Bíblia!*

Sabemos que, hoje, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado em alguns países, e perguntamos o que eles acham disso? Alguns alunos discordaram e outros concordaram. O estudante Danilo afirmou que não tem nenhum preconceito contra homossexual, mas ele julga isso errado e também não gosta e pensa que quem tem o preconceito é aquele que mata! O aluno refere-se à homofobia. Thais discordou dele, afirmando que ele tem preconceito sim, nesse momento, quisemos saber o que, então, seria o preconceito para eles:

Tiago: *Todo mundo têm preconceito!*

Thais: *Eu não tenho não! A minha mãe tem uma namorada, a minha mãe tem uma namorada, por isso eu tenho raiva de falar. Eu tenho uma birra com isso! Gente é a coisa mais normal! Para vocês verem a minha mãe casou teve filhos se separou e agora, tem uma namorada. Para mim é a coisa mais normal do mundo! Ela está feliz, e é isso que importa.*

A estudante, no calor do debate, comenta sobre a sexualidade da mãe. O assunto se prolongou:

Lucas: *O gay nasce gay ou ele se torna gay?*

Thais: *Nasce! A pessoa já nasce desse jeito! Ninguém escolhe isso não!*

Thalita: *Eu discordo! Não é porque a pessoa nasce, é porque tem o incentivo da televisão!*

Thais: *Não é porque a pessoa vê o outro, que ela vai se tornar gay.*

Thalita: *Não é que ela vai virar, mas é um incentivo!*

Thais: *Desde criança, você vai saber se o menino é ou não é! Na minha opinião, a pessoa já nasce assim! Se algum pensa assim eu não sei, é minha opinião!*

Esse debate nos remete à questão de ser imprescindível trazer esse assunto para as salas de aula. Segundo Louro (2002), na nossa sociedade, a norma é constituída a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã. Todos os outros sujeitos são apresentados tomando-a como referência e como centro. A sexualidade considerada "normal" é a heterossexual. Homens e mulheres homossexuais ou bissexuais estão fora da norma, são tidos

como desviantes, doentes ou pervertidos. Observamos no diálogo, entre os estudantes, que a maioria possui essa visão, alguns declaram que aprendem na igreja que a homossexualidade é “pecado”, outros afirmaram que os meios de comunicação “incentivam” a homossexualidade.

As vozes dos alunos servem de alerta para compreendermos que a questão da sexualidade não pode mais se limitar “a quatro paredes”. Para Silva Júnior e Menezes (2011), educadores que se pretendem críticos, não devem se permitir a uma posição de ignorância ou desatenção em face de tudo isso. De acordo com Louro (2002), as nossas escolas parecem propor um acordo tácito de silêncio, dissimulação e negação a respeito da sexualidade. Estudantes e professores deixam de fazer perguntas, disfarçam curiosidades e inquietações, deixam transparecer a falsa impressão de que todos vivem de acordo com os padrões estabelecidos.

Considerações finais

A observação em sala de aula possibilitou o contato mais estreito com os jovens estudantes e, a partir daí, conhecer um pouco mais sobre a cultura histórica, e como eles vivenciavam as aulas de história. O questionário foi fundamental para traçar o perfil dos nossos colaboradores, pois, por meio deste instrumento, pudemos conhecer os seus aspectos socioeconômico e cultural. O grupo focal foi o ponto chave da investigação, o contato com os jovens por meio dessa técnica de pesquisa, facilitou a aproximação com os eles, foi um momento diferente dos observados na sala de aula, naquele momento, eles colocaram suas inquietações e opiniões.

A juventude investigada é muito marcada pela influência de drogas e também da violência. São descrentes em relação às políticas públicas. Os jovens acreditam que para garantir uma mudança ou melhoria de vida, eles dependem apenas do seu esforço pessoal, assim, devem exigir direitos e cumprir seus deveres. Isso nos remete à concepção *consumista* da cidadania, conceituada por Canivez (1991). Nesta perspectiva, o indivíduo obedece às leis coletivas e, em

contrapartida, recebe os serviços prestados ao indivíduo. A relação direitos-deveres é comparável a um mercado instituído entre o Estado e indivíduo.

Percebemos, no período das observações e no debate dentro do grupo focal, que o conceito de cidadania, na perspectiva crítica e autônoma, continua sendo um grande desafio. Prevalece uma consciência ainda fragmentada, com características de uma cidadania passiva, abstrata. Defendemos uma cidadania ativa. A história escolar, como disciplina formativa, tem o papel de trabalhar o conceito de cidadania, considerando que a liberdade não consiste apenas em gozar de certos direitos, consiste, essencialmente, no fato de ser coparticipante do governo, o que significa contribuir na formação de um governante em potencial.

É necessário incorporar a cidadania como objeto do ensino de História. No desenvolvimento dos conteúdos, a historicidade do conceito de cidadania torna-se objeto do ensino de História, ao ressaltar as experiências de participação dos indivíduos e dos grupos sociais na construção coletiva da sociedade, assim como os obstáculos e a redução dos direitos do cidadão ao longo da história. O debate sobre o conceito de cidadania em sala de aula pode auxiliar os jovens estudantes a ampliar a concepção de cidadania, incorporando direitos sociais e humanos ao lado dos direitos civis e políticos.

Referências

- ARENDRT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BITTENCOURT, C. M. F.. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: EdUSP, 1995.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARRANO, P. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CANIVEZ, P. *Educar o cidadão?* Campinas, SP: Papirus, 1991.

- DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em [http:// www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br) . Acesso dia 10-09-2012.
- FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- FONSECA, R. G.; SANTOS, J. C. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 33, v. 1. p. 24-49, jan/jul 2011.
- FORQUIN, J-C. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GATTI, B. A. *Grupo focal em pesquisa em ciências sócias e humanas*. Brasília: Líder Livro Editora, 2005.
- GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03, 67. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V.M. (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GUIMARÃES, S. *Didática e Prática de ensino de História: experiência, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- GUIMARÃES, S.; SILVA JÚNIOR, A. F. *Ser jovem no Brasil: trajetórias no campo e na cidade*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.
- HAYASHI, M.C., HAYASHI, C. R.; MARTINEZ, C.M. Estudos sobre jovens e juventude: Diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 27, p. 131-154, 2008.
- LOURO, G. L. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto Editora. Porto, 2002.
- MENDONÇA, J. A. *A construção do pensamento histórico e das identidades juvenis: um estudo com jovens de 8ª séries do ensino fundamental*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- PAGÈS, J. Educación, ciudadanía y enseñanza de la Historia. In: GUIMARÃES, S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Perspectiva do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica*. Uberlândia: Edufu, 2011.
- SILVA JÚNIOR, A. F.; MENEZES, L. D. D. Jovens estudantes, interdisciplinaridade e multiculturalismo: um estudo em uma escola rural. *Interfaces da Educ.* Paranaíba, v. 2, n. 5, 2011, p. 34-45.
- SOUZA, M. V. M. *Cidades Médias e Novas Centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)*. 236 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- SPOSITO, M. P. (coord.) *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 5/6, p. 37 – 52, 1997.

VIANNA, H. M. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Recebido em 18 de março de 2014.

Aprovado em 16 de junho de 2014.